

Estado de torpor como “troco” na operação econômica capitalista

Nadir Lara Júnior
Andréa Paula Santos Lara

Resumo

Nas relações de trabalho da sociedade capitalista, há uma operação econômica em que os sujeitos investem sua vida para conseguir sua subsistência, por conseguinte eles ganham de “troco”, nessa operação de renúncia de gozo, o estado de torpor: apatia e subserviência para garantir a vida. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir como e quais são as estratégias usadas pelo sistema capitalista neoliberal, especialmente o brasileiro, para garantir que os sujeitos trabalhem e doem suas vidas para a manutenção do capital. Para tanto, refletimos sobre o histórico de como as relações de trabalho se estabeleceram na sociedade capitalista. Em seguida, apresentamos como se estruturam os processos ideológicos decorrentes dessas relações de trabalho. Por fim, as consequências disso para os sujeitos no atual laço social, tendo o estado de torpor como uma marca da opressão no sujeito contemporâneo.

Palavras-chave: Gozo; trabalho; psicanálise; marxismo.

Apresentação

Neste artigo propomos uma reflexão sobre as estratégias usadas pelo sistema capitalista neoliberal, especialmente o brasileiro, para garantir que os sujeitos trabalhem e doem suas vidas para a manutenção do capital.

Atualmente o mundo do trabalho busca cada vez mais cooptar a vida pessoal do trabalhador, visando envolver e controlar o sujeito em todas as esferas de sua existência, enredando-o e consumindo todo o seu tempo e

saúde. Uma das estratégias largamente utilizada pelo capitalismo da atual é a de desvincular a atividade de sua finalidade, ou seja, o trabalhador executa funções que estão cada vez menos ligadas diretamente ao produto de seu trabalho.

Ao mesmo tempo, percebemos uma aparente renúncia do trabalhador às formas de organização e resistência contra a exploração e opressão impostas pelo mundo do trabalho, bem como uma adesão à lógica do “não saber”, buscando vivenciar o trabalho como uma atividade meramente instrumental, onde o ganho imediato (salário) seria suficiente para justificar sua abdição da condição humana.

A teoria psicanalítica nos auxiliará a demonstrar, neste trabalho, que tal renúncia do trabalhador, muitas vezes manifestada por meio de um “torpor” diante da realidade vivenciada, trata-se de uma forma de “gozo” neurótico na relação estabelecida com seu opressor (capital).

O trabalho como *tripalium*

O trabalho no mundo capitalista industrial - em especial após o surgimento da Teoria da Organização Científica do Trabalho, proposta por Frederick Taylor - inicia um distanciamento entre o trabalhador e os modos de produção capitalista, pois a organização científica do trabalho retira do trabalhador qualquer atributo humano e há, a partir de suas propostas, um esforço para mecanizar o trabalhador, à medida que ele é considerado parte da engrenagem da máquina que opera. Dessa maneira, o trabalho ganha ainda mais uma conotação de sofrimento e repetição para conseguir o objetivo que era o salário.

O trabalho não é uma atividade como outra qualquer. Para que a atividade seja trabalho, deve exigir-me certo esforço. Ao esforçar-me, sei que trabalho. Minha atividade é trabalho quando me dá trabalho fazê-la. Se a atividade não me desse trabalho, então não seria trabalho, senão, jogo, diversão, passatempo, recreação ou esparecimento. Ao menos aparentemente, essas atividades não são trabalhosas e é por isso que não são trabalho. Para ser trabalho é preciso que uma atividade seja trabalhosa, difícil, árdua ou ingrata. Quando não peno por fazer algo, então não trabalho ao fazê-lo. Todo trabalho é penoso por ser trabalhosos. Todo trabalho

comporta certa dose de pena, que nos recorda a origem etimológica do termo trabalho: o *tripalium*, instrumento de tortura no qual torturar era senão *tripaliare*, trabalhar. Para trabalhar verdadeiramente é preciso torturar-se, atormentar-se, incomodar-se, fatigar-se, forçar-se, penar, sofrer (Cuellar, 2010, pp. 45-46).

Nessa lógica de conceber trabalho como *tripalium*, no século XIX havia uma preponderância da concepção mecanicista, o mundo do trabalho e o do afeto passaram a desenvolver-se em universos distintos, vida profissional X vida familiar. O hiato iniciado nesse tipo de concepção traz para o século XX uma cisão entre o trabalho (como ação de fazer meramente) e afeto (restrito ao universal parental). Essa mesma lógica passa a ser imposta nas relações sociais, o trabalhador não podia levar suas alegrias e problemas familiares para o trabalho, que por sua vez deveria estar em primeiro lugar.

Atualmente essa lógica vem sendo modificada. Cada vez mais o mundo do trabalho busca cooptar a vida pessoal do trabalhador, visando envolver e controlar o sujeito. Podemos exemplificar essa cooptação da vida pessoal citando empresas em que os casamentos e relações afetivas entre funcionários (antes não tolerados) são estimulados. Também há locais de trabalho que promovem e incentivam *happy hours* e passeios aos finais de semana, envolvendo trabalhadores e suas famílias. Há também muitos modelos de contratos de trabalho nos quais o trabalhador executa suas tarefas em casa, com ligação direta (*on line*) com os sistemas da empresa e, portanto, embora possa usufruir de um "horário flexível", fica na realidade à disposição da empresa em tempo integral, pois as limitações entre trabalho e vida pessoal não são claras ou inexistem.

Nesse sentido, algumas empresas fazem uso inclusive de dados disponíveis em redes sociais virtuais (*facebook; orkut; linkedin, twiter* etc.) para selecionar seus candidatos, pautados na quantidade de amigos e relações que possuem; que tipo de comunidades frequentam etc. As relações afetivas (área do não trabalho) do trabalhador são instrumentalizadas como uma ferramenta de trabalho (*tripalium*), tornando-se uma estratégia de transformar amor e amizade em trabalho, portanto, sofrimento.

Assim, podemos afirmar que nos dias atuais, vivemos outro momento no que diz respeito à relação sujeito-trabalho. A existência de empresas no

mundo capitalista moderno depende de um funcionamento que exige que toda a sociedade funcione de forma previsível e calculável, ou seja, que a vida dos sujeitos (em todas as suas áreas) se adapte em função do trabalho na empresa.

Gorz chama essa adaptação de “conduta funcional” e a define como “uma conduta racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção que tem o agente de perseguir essa finalidade que, na prática, ele nem mesmo conhece” (Gorz, 2007), ou seja, o sujeito é levado a realizar ações com as quais não se identifica e não vê razão para fazê-las, mas faz; age como se estivesse participando de um jogo; um simulacro no qual faz o papel de uma engrenagem.

Disso resulta, para cada indivíduo em seu trabalho, uma retração do domínio de suas possíveis responsabilidades e iniciativas, e também uma ininteligibilidade crescente da coerência e dos fins da organização da qual consente, mais ou menos, em ser uma engrenagem (Gorz, 2007, p. 39).

Sennet (1998) também ilustra essa lógica laboral no novo capitalismo ao relatar a forma de trabalho de funcionários de uma padaria *high-tech* nos Estados Unidos, na qual os profissionais que antes eram padeiros e, portanto, faziam pães, com a implementação de modernas soluções tecnológicas, passaram apenas a apertar botões em uma tela do *Windows*, que gerencia o maquinário responsável por preparar os pães.

Como consequência de trabalhar dessa forma, os padeiros não mais sabem de fato fazer pão. O pão automatizado não é nenhuma maravilha de perfeição tecnológica [...] Os trabalhadores podem mexer na tela para corrigir um pouco tais defeitos; o que não podem fazer é consertar as máquinas ou, o mais importante, fazer de fato o pão por controle manual quando elas, demasiadas vezes, pifam. Trabalhadores dependentes de programas, eles também não podem ter o conhecimento prático. O trabalho não é mais legível para eles no sentido de entender o que estão fazendo (Sennet, 1998, p. 80).

Esse autor nos ajuda a perceber o quanto o trabalhador está aderindo a uma lógica de participar dos modos de produção, ignorando suas lógicas de funcionamento, em função supostamente de seus interesses imediatos. Entendemos que é dessa forma - realizando um trabalho sem sentido e distante da compreensão da coerência e da finalidade de suas atividades -

que o trabalhador é levado a um processo de alienação e adoecimento.

O dinheiro e o capital no sistema capitalista se tornam entidades soberanas e opressivas, as quais não se pode questionar para que se mantenha a lógica de exploração capitalista. O sujeito alienado é lançado a destinos desumanos e acha que isso é natural, que faz parte da realidade enquanto tal.

Algo de ideológico nas relações de trabalho: o não (querer) saber

Podemos perceber que o trabalho da atualidade, embora tecnologicamente bem diferente do trabalho concebido por Taylor ou Ford, mantém muitos aspectos em comum com o contexto da Revolução Industrial, porque hoje o trabalhador vivencia um trabalho extremamente fragmentado, agora não apenas no contexto da linha de montagem, mas em todos os contextos possíveis ao trabalhador. Os processos de trabalho não são dominados pelo trabalhador - ao contrário disso, o trabalhador é invariavelmente dominado por seu trabalho e vive cotidianamente a insignificância e a falta de saber ao certo as razões de seu agir.

Assim como os trabalhadores ingleses da época da Revolução Industrial, quando tinham seus corpos mutilados pelas máquinas, o trabalhador de hoje sofre uma espécie de mutilação psicológica ao vivenciar o domínio de sua vida pelo trabalho, pois a própria psicologia se propôs a adequar os trabalhadores às atuais exigências de mercado.

Por tudo isso, consideramos que a psicologia pode favorecer, de modo particular, que o processo de alienação social aconteça de modo mais efetivo, pois agora essa alienação não recai somente no campo ideológico, como alertava Marx (1977/1894), mas também se constrói com elementos psicológicos que se encontram imbricados na forma de cada um considerar a si mesmo e o mundo à sua volta. Pois, no mundo capitalista atual, o sujeito só se considera feliz se for bem-sucedido, o que, no dicionário do capitalismo, significa dizer rico e famoso, condição essa que se reserva a apenas 1% da sociedade brasileira (Lara & Ribeiro, 2011, p. 168).

Podemos acrescentar a esses fatos que, além do distanciamento do trabalho do sentido da *poiêsis* na estrutura econômica capitalista contemporânea,

o trabalho ganha um significado muito claro: é o meio de viabilizar mais rapidamente o consumo e assim se obter uma satisfação imediata. Por meio do êxito profissional, o trabalhador acredita que será “bem sucedido” em seu acesso aos objetos de consumo disponíveis na sociedade. Assim, “ocorre a sujeição do trabalhador à objetividade racional da vida social moderna exposta e perseguidora de interesses materiais e materialistas” (Araújo & Cinelli, 2005, p. 8).

Assim a busca pelo êxito profissional e pelo consequente poder de consumo é uma forte característica do trabalhador atual. A desconexão entre o trabalho e o sujeito faz esmaecer qualquer satisfação pessoal que poderia estar ligada à atividade de trabalhar. Portanto, a satisfação pessoal necessita cada vez mais ser encontrada em qualquer outra esfera da vida (voluntariado, religião, arte etc.), que não a do trabalho (*tripalium*).

Nessa perspectiva, o trabalho torna-se cada vez mais uma atividade instrumental, cuja finalidade, na maioria dos casos, é proporcionar ao trabalhador um salário ou qualquer outra forma de retorno financeiro. Dessa forma, sujeito e trabalho andam por caminhos independentes, pois a produção está ligada exclusivamente ao cálculo contábil, que, como afirma Gorz (2007), é a forma por excelência da racionalização reificadora:

[...] ele mede em si mesmo a quantidade de trabalho por unidade de produto, ignorando o vivido: o prazer ou o desprazer que esse trabalho me proporciona, o tipo de esforço que ele demanda da minha relação afetiva e estética com a coisa produzida. Cultivarei cebola, repolho, alface, mais do que flores, se quero garantir tal ou qual ganho (p. 109).

Além de todos esses aspectos sociais e individuais relacionados à relação sujeito-trabalho, com as crises econômicas mundiais das décadas de 1970 e 1980 e a consequente ascensão de políticas neoliberais¹, ocorrem diversas mudanças na relação entre empregadores e empregados, as quais, por sua vez,

1 Segundo Heloani (2003), nos anos 1970, devido à crise geral e aos significativos problemas de ajustes econômicos à crise do petróleo de 1973, o Welfare State, visto como benéfico pela grande maioria dos países europeus, passa a ser contestado. Os governos de Ronald Reagan, nos EUA (1980); Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979); Yasuhiro Nakasone, no Japão (1982) e Helmut Kohl, na Alemanha (1982) começam a advogar o Estado Mínimo, objetivando garantir a “lógica do mercado”. Com a vitória desses governos neoliberais, o discurso da ampla reforma do Estado surge como um dos fundamentos das políticas públicas na década de 1980. Nas organizações privadas e públicas, termos como empregabilidade, desregulamentação, privatização,

provocam novas mudanças estruturais nos sujeitos, conforme veremos a seguir.

No contexto neoliberal, diante do quadro de desemprego em massa e dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, as empresas passam a estimular em seus funcionários comportamentos como “iniciativa”, “capacidade cognitiva”, “raciocínio lógico” e “potencial de criação”, assim como a buscam no mercado pessoas que reúnam essas características. A empresa propicia certa autonomia sobre seus empregados - vistos como “colaboradores” -, mas mantém um controle indireto sobre a atuação deles.

Diante disso, o discurso dos especialistas em organizações sobre a gestão participativa é que esse é um instrumento de democratização dos ambientes laborais. No entanto, o que está imerso nesse discurso ideológico é um aparelhamento para se construir uma identidade de interesses entre o capital e o trabalho, por meio da autocoação.

Nesse sentido, a eficácia desse discurso é que não precisa mais do chefe no alto da torre (parafrazeando o panóptico de Foucault), agora os colegas entre si se vigiam e cobram rendimentos. O chefe que antes era aquele que vigiava no alto da torre, agora, nesse modelo de gestão colaborativa, torna-se um colega de trabalho com o mesmo objetivo na empresa. A figura do “patrão” é dissipada, desgastando assim as fronteiras políticas estabelecidas historicamente entre patrão e empregado, tornando cada empregado “seu próprio patrão”. Portanto, essas políticas de gestão chamadas “participativas” são caracterizadas por certo obscurecimento da disciplina e do controle exercido pela empresa, deixando assim os sujeitos presos a um discurso ideológico que o impede de saber sobre as tramas opressivas colocadas nessas relações.

Nesse contexto, esse discurso ideológico leva os sujeitos a uma identificação pessoal com a organização, a qual, por sua vez, exerce seu poder sobre eles ao colocar à sua disposição diversas “vantagens”, as quais todos terão acesso desde que cooperem com os objetivos da empresa

mercado, *downsizing*, terceirização, flexibilização dos contratos de trabalho e administração pública gerencial tornam-se recorrentes em todos os níveis hierárquicos. Na década de 1980 e início da década de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem-teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas e despesas ilimitadas do Estado.

e que trabalhem como se fossem donos da mesma, “vestindo a camisa” e dedicando-se espontaneamente aos objetivos da equipe em que trabalham. Nessa lógica, a empresa, ideologicamente, apresenta ainda um “pacote de restrições”, em que estão implícitas: o controle exercido sobre o sujeito; pressões exercidas no cotidiano e a exigência velada de submissão às normas e valores estabelecidos pela organização, que por sua vez propaga as doutrinas capitalistas.

O que está em jogo na obediência a esse “pacote de restrições” é o ritual ideológico, que faz com que os sujeitos que dele participam acreditem e assim renunciem ao gozo e abandonem os pontos que os ligam a realidade. Para isso, os administradores usam de argumentações racionais que impulsionam o trabalhador a assumir a crença cega, a obediência sem questionar, como alicerce de sua estrutura e atitude na sociedade. Abertura essa aos grandes ditadores que se anunciam como o pai (encarnante da lei) e assim impõem aos sujeitos uma lógica de obediência e dedicação exclusiva ao capital, como forma de manter a sobrevivência. Essa marca inconsciente de autoritarismo e subserviência traz em si uma injunção que fortalece a submissão do sujeito à ordem ideológica, que garante seguidores fiéis a déspotas esclarecidos.

A ideologia não é uma ilusão do tipo onírica que construímos para escapar à realidade insuportável; em sua dimensão básica, ela é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria ‘realidade’: uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo impossível (conceituado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como ‘antagonismo’: uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada). A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como fuga de algum núcleo real traumático (Zizek, 1999, p. 323).

A ideologia, ao contrário, afasta os sujeitos do real do desejo e provê a ilusão de que estão vigilantes diante da realidade e conscientes dos fatos que acontecem. Nessa lógica da ideologia, quanto mais o sujeito crê estar acordado simbolicamente, mais fica dormiente para o real. Quanto mais investe nesse engodo, mais alienado e envolvido no distanciamento do “núcleo traumático” ele fica. A ideologia, portanto, é esse investimento no engodo.

O engodo por sua vez lança os sujeitos na lógica de verdades ditas pelo capital. Vale destacar que para a psicanálise, esse sujeito não é irracional e

destacado das tramas que constituem o laço social, mas ao contrário, esse é regido pela racionalidade de quem sabe, em última instância, que isso é um engodo, porque o oprime e o distancia de seu desejo, porém, persevera em seu sintoma, insistindo nesse investimento de gozo na desventura de aplacar o impossível.

Dessa maneira, no capitalismo o Outro é apresentado como um engodo, pois os capitalistas dizem ser esse não-castrado, sem falta, onipotente, que tudo permite, com isso "vende-se" a fantasia, por meio dos objetos de consumo, de que não há limite para o gozo. Como toda lógica capitalista, qualquer prestação de serviços tem um preço, dessa maneira, oferecer um "pai" não castrado que não regula mais a horda custa o abrir mão de um comprometimento do sujeito com seu desejo, ficando assim insaciavelmente numa demanda interminável. Essa construção é ideológica, pois existe uma dupla relação cínica. Daquele sujeito que vende o pai não castrado, pois, em última instância, ele sabe que há a castração, em segundo, aqueles que compram e gozam na posição ilusória que possuem a opção de escolha (Lara, 2010, p. 71).

Portanto, o engodo não é mera enganação, mas supõe certa intencionalidade e cumplicidade de ambas as partes: daquele que arma o discurso capitalista e aquele que está em busca do pai não-castrado, que lhe permita gozar.

O ajustamento dos trabalhadores às leis e normas das empresas, que lhe prometem a possibilidade de acesso aos bens de consumo, por meio do trabalho assalariado, lança esses sujeitos numa lógica de funcionamento que os levam gradativamente a perceber a empresa como o "pai" (encarnante da lei), a quem ele deve fidelidade e submissão. Segundo Heloani (2003):

A sobrecarga de exigências sobre o indivíduo produz um aumento da angústia, o que reforça a recorrência "maternal": protegida por uma imagem maternal que ela mesma criou, a empresa dilui o conflito trabalho-capital e reafirma a necessidade de submissão dos trabalhadores à lógica abstrata construída e uma forma inconsciente de dominação do capital (p. 108).

Essa forma de dominação ideológica do trabalhador no contexto neoliberal, por mais que insista em não querer saber, algo lhe é cobrado em forma de sintoma. Destacamos aqui o estado de torpor e gozo pelo jogo de dominação e subserviência que o distancia do seu desejo enquanto sujeito e assim diminui a possibilidade de se identificar com as lutas de classes.

O “troco” recebido na operação econômica capitalista: o estado de torpor

Segundo Zizek (1999), Marx inventa o sintoma, porque, em sua análise da ideologia, denuncia algo que completa o campo de dominação ideológico das relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, a mais-valia denuncia que não há uma troca equivalente e equitativa na relação força de trabalho e capital. Algo desigual e injusto fica exposto como sintoma social, denunciando uma operação exploratória. O sintomático, para Marx (1967/1968), denuncia a exploração, ou seja, a negação interna do princípio universal da troca equivalente de mercadoria.

Para Marx (1967/1968), o fetichismo da mercadoria coloca em jogo uma forma fantasiosa entre coisas e sujeitos. O objeto fetichizado traz um determinado valor em si mesmo que o isenta da relação comparativa com outro objeto ou com outrem. Marx, ao citar o valor de uso e valor de troca, sempre destaca a correlação entre as mercadorias, por exemplo, o rolo de linho e a blusa.

Na relação fetichista não há relação, algo fantasioso fica delegado ao objeto ou a um determinado sujeito que, por isso, passa a receber um tratamento diferente. O dinheiro ganha uma autonomia, pois traz um valor em si mesmo que não se aplica em sua condição de valor colocado em si mesmo. Ele precisa de algo da fantasia para saber que um punhado de papel, em que está escrito dinheiro, compra um carro, ou que um tanto de desse papel é trocado por horas de trabalho de um operário. Assim sendo, parte-se da premissa de que na relação senhor/escravo há certo fetiche entre dominação e servidão, pois se tinha a da aura dos lugares divinamente delegados aos sujeitos em seu cotidiano. Por outro lado, na lógica capitalista, nas relações estabelecidas entre patrão/empregado, outros interesses estão sendo visados:

[...] dois sujeitos se encontram, numa relação livre de todo fardo da veneração ao Senhor e da proteção e cuidado do Senhor para com seus súditos; eles se encontram como duas pessoas cuja atividade é completamente determinada por seus interesses egoístas; cada qual age com um bom utilitarista; o outro, para ele, está totalmente livre de qualquer aura mística; tudo o que ele vê no parceiro é outro sujeito que visa seus próprios interesses e que só lhe interessa na medida em que possui algo - uma mercadoria - capaz de satisfazer alguma necessidade (Žižek, 1999, p. 310).

Na sociedade capitalista, portanto, impera o fetiche da mercadoria. Assim sendo, as relações entre os sujeitos não são fetichizadas, porque elas não estão na relação senhor/escravo do feudalismo. Porém, como o fetichismo da mercadoria é determinante, os sujeitos são comercializados como coisas e por isso suplementam um fetiche de sujeito como coisa e não de sujeito enquanto tal. Por exemplo, o sujeito escravo se relaciona com o sujeito senhor. No capitalismo, o sujeito vira coisa (objeto sexual, força de trabalho, máquina; comportamento etc.), estabelecendo um fetichismo entre coisas que oculta a relação exploratória entre patrão e empregado. Para manter essa relação operando, algo deve ficar disfarçado e distorcido, como se o trabalhador olhasse para a realidade com uma lente desregulada em que vê as coisas sem precisão.

Nessa lógica, a ideologia pode ser vista como aquele conteúdo corrompido que se apresenta como algo que se representa mais do que si mesmo e vai constituindo assim a própria realidade do sujeito. É o abandono da formulação primária e uma opção pela formulação corrompida. Nessa relação, os sujeitos perdem a noção da verdade nas formulações da cadeia equivalencial. Nesse ponto, abre-se espaço para naturalizações das formas de dominação e exploração, pois os elementos corrompidos são assumidos como ponto de sutura para as formulações equivalenciais.

Portanto, quando o sujeito investe nos elementos distorcidos e corrompidos para constituir sua própria realidade, opta-se por não saber sobre essa construção, a qual investe sua libido para que possa gozar da sensação alienada de estar em uma realidade totalizante. Nesse sentido, Žižek (1999) parte da frase de Marx para afirmar: “disso eles não sabem, mas o fazem” (p. 312).

Nesse contexto de ação da ideologia, constrói-se uma realidade ilusória para os sujeitos viverem, com isso eles passam a não (querer) saber sobre as formas de exploração a que estão submetidos, conseqüentemente, eles sofrem nessa posição (Crochik, 1998). O sofrimento causado pela operação da ideologia leva os sujeitos a buscarem respostas imediatas a essa dor. Com isso, os discursos financiados pelo capitalismo oferecem “remédios” (antidepressivos, ansiolíticos etc.) e outros *gadgets*, que criam a sensação

momentânea de que a falta estrutural foi superada e assim, eles chegarão ao gozo total (Lara, 2010). Também esse sofrimento se institucionaliza, pois os discursos autoritários, que orquestram a compra e venda de dor e felicidade, se tornam hegemônicos. Desse modo, o capitalismo passa a ser a única maneira de gerir a sociedade, não dando possibilidades para que os discursos antagônicos possam existir enquanto uma política de organização social e econômica.

A fantasia ideológica subjaz ao sistema capitalista, porque ele propõe uma política de gozo total que alimenta nas pessoas a fantasia de que é possível conseguir o gozo almejado, negado no processo de castração. De fato, segundo Glynos e Stavrakakis (2008) “a promessa do imaginário de recapturar nosso gozo perdido/impossível provê à fantasia um suporte para nossos projetos políticos, papéis sociais e escolhas como consumidores” (p. 261). Nessa perspectiva, não apenas a mídia, mas também os discursos políticos e sociais alimentam a fantasia de que, em um futuro próximo, as limitações atuais que impedem nosso gozo serão superadas naturalmente e aí então será possível o acesso a um gozo pleno - seja através dos objetos de consumo ou da construção de uma sociedade supostamente ideal. Ainda de acordo com esses autores, presenciamos atualmente uma “proposta política do gozo total”, que, fantasiosamente, insinua um tamponamento da falta, da incompletude e da castração que afetam todo sujeito. É importante ressaltar que foi justamente essa proposta que permitiu identificações tão nefastas à sociedade como foi o nazismo, fascismo etc.

Tal fantasia acaba permitindo o surgimento de discursos autoritários e de dominação com os quais os sujeitos vão se identificando, criando práticas excludentes contra qualquer diferença (gênero, raça, classe, religião, orientação sexual etc.). Porém, nessa configuração fantasística, perde-se a noção da relação opressiva real existente entre os sujeitos, causando o sofrimento, fruto desse mal-estar.

Se este mal-estar é prova do sofrimento existente, a ideologia tenta negá-lo para que a existência do indivíduo possa ser harmonizada com a existência da cultura que o nega. Dessa forma, ou o sofrimento é atribuído, quanto às suas fontes, ao indivíduo, ou seja, é ele o inadequado, e deve ser submetido aos tratamentos

existentes, a psicoterapia entre eles, ou então o sofrimento é tornado ontológico e o indivíduo deve conviver com ele (Crochik, 1998, p. 70).

Esse sofrimento causado pela ideologia, para Lacan (1969[70]/1992), se instala no sujeito, mas não se pode perder de vista o processo opressivo de constituição das relações sociais. Nessa perspectiva, as relações de opressão existentes no capitalismo ancoram-se na estrutura de dominação que pauta as relações sociais e a própria constituição subjetiva, pois essas se caracterizam, desde a sua origem, por uma relação entre dominador (mestre) e dominado (trabalhador), na qual ambos obtêm alguma forma de gozo.

Para Lacan (1969[70]/1992), no discurso do mestre², o S1 é a função significante que apoia o senhor em seu processo de dominação sobre o escravo. No campo do S2 está o escravo que possui o *savoir-faire*. Marx delinea em suas formulações teóricas a função da luta de classes e a consequente lógica de manutenção do discurso do senhor. No entanto, Lacan destaca que há uma mudança no lugar do saber no discurso do senhor feudal em relação ao senhor capitalista que coloca o proletariado como despossuído da propriedade e de um suposto saber.

Não se sabe que o que lhe é restituído não é, forçosamente, a sua parte? Seu saber, a exploração capitalista efetivamente o frustra, tornando-o inútil. Mas o que lhe é devolvido, em uma espécie de subversão, é outra coisa - um saber de senhor. E é por isto que ele não fez mais do que trocar de senhor. O que sobra é exatamente, com efeito, a essência do senhor - a saber, o fato de que ele não sabe o que quer. Eis o que constitui a verdadeira estrutura do discurso do senhor. O escravo sabe muitas coisas, mas o que sabe muito mais ainda é que o senhor quer, mesmo que este não o saiba, o que é o caso mais comum, pois sem isto ele não seria um senhor. O escravo o sabe, e é isto sua função de escravo. É também por isto que a coisa funciona, porque, de qualquer maneira, funcionou durante muito tempo (Lacan, 1992, p. 30).

Na lógica do discurso do mestre, o escravo sabe muitas coisas, especialmente *savoir-faire*, todavia o senhor quer que este não saiba de fato as tramas dessa relação para que assim, a dominância do senhor continue, pois na lógica do senhor, a verdade está opaca (tamponada por uma barra). Nessa tirania do saber, há uma impossibilidade que surge no curso do movimento histórico - a verdade, pois ela foi deslocada para outro lugar, o que faz com que continue

2 Não aprofundaremos a lógica dos quatro discursos, pois não é nosso objetivo. Entanto, Lacan 1969[70]/1992 no *Seminário XVII* aprofunda os quatro discursos.

sendo produzida pelos que substituem o antigo escravo feudal - o proletário.

Nessa relação senhor/escravo encontra-se um lugar que sempre permite que o saber se torne um saber de senhor para perpetuar a lógica de dominação - submissão. No entanto, o escravo ao ser questionado nessa relação, por suas respostas, mostra que sabe, todavia insiste em não saber.

[...], porém vejamos, o escravo, mas que venha, o pequenino, vocês vêem, ele sabe. Faz-se-lhe perguntas, perguntas de senhor, de mestre, obviamente, e o escravo responde com naturalidade às perguntas o que as perguntas já ditam como respostas. Acha-se aí uma forma de derrisão. É um modo de escarnecer do personagem que está lá virando no espeto. Mostram que o importante, a finalidade, é mostrar que o escravo sabe, mas, ao confessar isto apenas por este viés de derrisão, o que se oculta é que trata-se exclusivamente de arrebatado do escravo sua função no plano do saber (Lacan, 1992, pp.19-20).

Nessa lógica, o trabalhador sofre por meio da opressão material (mais-valia) e pela opressão psíquica, por meio desse gozo da subserviência, porque ele se abstém de seu desejo de autonomia e liberdade dos jugos do mestre. O sujeito dessa relação, para manter-se nessa posição, acaba ficando em um constante estado de torpor, no qual não sabe exatamente o que se passa consigo; qual o sentido do seu trabalho; quais as relações de poder a que está submetido. Dessa forma, ele passa a reagir dentro de estímulos básicos como comer, beber, dormir, fazer sexo e trabalhar, como na descrição de George Orwell (2010) em seu livro intitulado: *1984*. O poder do *big brother* e as formas de controle cada vez mais eficazes produzem sujeitos torpes que renunciam ao gozo e se contentam com as rações controladas de comida e com a vida submissa aos domínios de um “*big other*” que os domina.

Na obra de Orwell (2010), fica evidente que são retirados dos sujeitos dominados pela violência, pelo trabalho repetitivo e/ou por ambos, a capacidade de pensar sobre si mesmo e sobre os processos de exploração que ocorrem nos modos de produção capitalista. Nessa apatia, não conseguem pensar com propriedade a ação que executam, não conhecem o processo dos modos de produção e ainda são interpelados como alguém (algo) para o consumo. Nesse estado, o sujeito não critica, permanece em um estado catatônico em que os dados da realidade parecem não ter muita coerência racional, delegando para o mal-estar aquilo que o incomoda. Nesse sentido,

Cuellar (2010), baseado em Lacan, afirma:

Não nos deve surpreender, então, que Lacan tenha recorrido ao conceito de 'renúncia ao gozo' para explicar a idéia freudiana do 'mal-estar na civilização'. Esse mal-estar seria explicado pela renúncia ao gozo implicada em todo trabalho realizado na civilização. É então o trabalho que provocaria o mal-estar na cultura [...] (p. 46).

O trabalho do inconsciente é o trabalho da cultura, portanto, a linguagem que constitui a cultura é a mesma que estrutura o inconsciente. Dessa forma, a cultura se torna um conjunto de significantes com o qual o inconsciente se estrutura como tal. Cultura é linguagem, porque é feita por seres humanos, aspecto esse que fundamentalmente nos distingue dos animais. Nessa lógica, o trabalho do inconsciente não está deslocado da cultura, sua ação se baseia a partir desses significantes proporcionados por ela e que vão lhe possibilitando identificações que constituem seu discurso. Dessa maneira, o inconsciente não cessa de funcionar mesmo quando dormimos, pois, mesmo nesse estado, não nos desligamos da cultura a que pertencemos.

Em uma cultura na qual não se deixa de trabalhar é o inconsciente que trabalha sem cessar e o que assim mantém permanentemente nosso mal-estar. Explicamos desse modo que o mal-estar possa continuar mesmo quando o sujeito esteja descansando. Mesmo que o sujeito tenha terminado consciente e meticulosamente seu trabalho, o inconsciente não para de trabalhar e de provocar a renúncia ao gozo na qual radica o mal-estar na cultura (Cuellar, 2010, p. 48).

Nesse sentido, Catroli, Rosa e Vicentin (2009), baseadas em Agamben, analisam os *musulmans* como os mortos-vivos que sobreviveram ao horror da violência dos campos de concentração nazista. Essas pessoas, ao chegarem ao fim desse regime, estavam tão esvaziadas pela dor e pela violência que nada mais sentiam, como que tomadas por estado de torpor. "Esses, que não eram considerados semelhantes e que eram evitados por conter o homem no não homem" (p. 59).

As autoras continuam nessa análise, apontando para a realidade brasileira e mostrando que a sociedade capitalista em que vivemos formam sujeitos "*musulmans*" não mais pelos campos de concentração, mas pelo uso da miséria e da violência como forma de segregar e esconder aqueles que mais sofrem com as desigualdades sociais de uma sociedade que possui poucos

ricos e muitos pobres, sustentando essa pirâmide desigual.

O *musulman* lembra os sujeitos excluídos na realidade social brasileira (Rosa & Poli, 2009). Esses não habitam os campos de concentração ou de extermínio do nazismo, mas se movimentam e vivem de acordo com os interesses do capital, nos espaços pauperizados das periferias e das favelas das grandes cidades. Estão mais próximos de serem os estranhos, aqueles que, a partir das considerações de Freud (1919/1972), carregam a possibilidade de trazer à tona o que deveria permanecer oculto. Esses que deverão, sempre, estar circunscritos num espaço de visibilidade/invisibilidade, para que não denunciem (com sua presença, já que lhes é negada a possibilidade de narrativa) o furo, a lacuna que reside em todo ato de governar e de regular as civilizações. Os estranhos são a prova. São aqueles que o capitalismo contemporâneo deverá apagar, fazer calar, ao produzir a ilusão de que estão mortificados, anônimos, imersos num cenário desértico da mais completa dessubjetivação do *socius* (Catroli, 2008) (Catroli, Rosa & Vientin, 2009, p. 59).

Pensamos que no nazismo o horror da violência estava escrita nos *musulmans*, não havia escolhas para eles. Estavam confinados e deles eram arrancadas a dignidade humana pela violência, pois essa não pode ser medida ou comparada, deve apenas ser abominada. No entanto, Catroli *et al* (2009) afirmam que o sistema capitalista resgata algo dessa lógica dos *musulmans* para extrair lucro, pois excluem e segregam os pobres em favelas e cortiços e arrancam deles algo de sua dignidade, que também deve ser evitada.

No entanto, concordamos com as autoras ao marcarem que no pobre há o sinal de algo violento e horrendo acontecendo diante dos nossos olhos, porém como Marx sempre insistia em seus escritos, nas relações de trabalho estão colocadas as formas mais perversas de dominação do humano pelo humano. Talvez a origem dos problemas em uma sociedade capitalista, como vimos, é o trabalho que faz a roda do capitalismo girar.

Portanto, em nossa concepção, a fabricação de *musulmans* está na ordem do desumano, que começa nas relações de trabalho em muitas empresas, as quais a cada ano sofisticam as formas de domínio e exploração dos sujeitos, lançando-os em um estado de torpor decorrente das mais sofisticadas formas de controle como citamos anteriormente.

Os *musulmans* dos campos de concentração que foram capturados em suas casas e levados para os confinamentos em que eram vigiados por soldados

fortemente armados, humilhados e mortos. Eles não estavam nos campos por voluntarismo, eram obrigados com violência e talvez por isso não conseguiam se organizar suficientemente para se opor a esse regime de exploração. A violência era a forma de controle eficaz para manter os corpos dóceis e vigiados. Nesse sentido, os *musulmans*, após viverem o horror dos campos nazistas, ficaram como que “torpes”, sem reação diante dessa estratégia de controle. Em relação aos trabalhadores no Brasil, obviamente não estão vivendo em um campo de concentração nazista, mas há formas de controle eficazes que os colocam inseridos em um contexto de miséria³, pobreza, sem acesso à educação de qualidade, saúde, moradia etc. Esse contexto os empurra abruptamente para uma lógica de busca por sobrevivência, e o acesso ao trabalho acaba sendo o único “caminho formal” para adquiri-la.

O capitalismo contemporâneo está controlando cada vez mais as estratégias dos trabalhadores em romper com essa lógica, porque seguindo a reflexão de Sennett (1998), se a máquina que faz pão quebrar, é só trocar a peça e ela volta a funcionar; e se o trabalhador que aperta o botão resolver não apertar mais, é só colocar outro no lugar. Para ilustrar, citamos um exemplo que acompanhamos no estado de São Paulo. Professores da rede pública aderiram à greve de sua categoria, reivindicando melhorias na educação e no próprio salário, e ao saírem às ruas para exercer seu direito, o governo, imediatamente, coloca em seu cargo um professor ou um estagiário para substituí-lo. E ao retornarem às atividades, os professores ficam sabendo que seus salários foram descontados no período de greve.

Nessa equação, quem vai protestar acaba substituído por um exército de reserva e, assim, perde o salário, que é a única fonte de sua sobrevivência, restando a eles uma subserviência humilhada à lógica do capital que os faz adoecer; entorpecidos para suportar a realidade de impotência diante das formas de controle do Estado; adoecido como uma forma de evitar a situação. E ainda há trabalhadores que buscam formas de se organizar politicamente, tentando evitar essa rota de manipulação e controle.

3 Conforme dados do governo brasileiro, há cerca de 16 milhões de pessoas em estado de miséria (<http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>).

Considerações finais

No sentido psicanalítico, o desejo move o sujeito em direção à sua verdade “No desejo está a verdade do sujeito” (Catroli *et al.*, 2009, p. 63) que o faz romper com as lógicas de exploração impostas para si, assim como convoca esse sujeito a estabelecer um processo de busca por equivalência de direitos na sociedade em que vive, rompendo com esse estado de torpor.

Nessa perspectiva, o processo de fazer o sujeito desejar cria uma relação de forças entre o sujeito organizado coletivamente, que está reivindicando algo, e os grupos hegemônicos, que no caso do capitalismo são os detentores do capital. A dimensão política, na lógica do desejo, é vivida a partir do respeito da individualidade do sujeito (desejar) e no embate com os representantes do poder constituído enquanto hegemônico. Com isso, há possibilidades para o sujeito sair da posição de vítima fatalista para uma posição de sujeito injustiçado, que deve lutar para que haja uma equivalência de direitos em uma relação desmedida.

Como no livro de Orwell (2010), em que Winston foi torturado, porque cometeu o crime do pensamento e do sexo, em última instância, ele não abre mão de seu desejo de ser livre, amar e burlar a lei de um “*big other*”, em que se impõe como lei de ordenamento do gozo no laço social. Até o fim, Winston deseja Julia, sua mulher, sua amante, sua companheira de transgressão. Juntos fizeram a travessia e mesmo diante da mais crua violência, ele insiste que algo nele não pode ser dominado, o que para Lacan está na ordem do desejo.

Referências

- Araújo, S. M. & Cinalli, D. L. (2005). Trabalho e mundo da vida: a racionalidade capitalista presente na técnica, ciência e tecnologia. *Revista Gestão Industrial (RGI)*, 4(1), 42-59.
- Catrolí, V. S. C., Rosa, M. D. & Vicentin, M. C. (2009). Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. *Psicologia em Revista*, 15(1), 51-68.
- Crochik, L. (1998). Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. *Revista Psicologia USP*, 2(9), 69-85. Recuperado em 4 abril 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200003&lng=pt&nrm=iso
- Cuellar, D. P. (2010). Trabalho do inconsciente e mal-estar na cultura. *Revista A Peste*, 1(2), 45-61.
- Glynos, J. & Stavrakakis, Y. (2008). Lacan and political subjectivity: fantasy and enjoyment In *Psychoanalysis And Political Theory. Subjectivity. International Journal of Critical Psychology*, (24), 256-274.
- Gorz, A. (2007). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- Heloani, J. R. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro XVII: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1969/70)
- Lara Jr., N. (2010). *A mística do MST como laço social*. Tese de Doutorado,

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Lara Jr., N. & Ribeiro, C. T. (2011). Comunidades e o campo da política: uma reflexão a partir da psicanálise. *Fractal: Revista de Psicologia*, 3(23), pp. 579-594. Recuperado em 4 abril de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n3/v23n3a09.pdf>

Marx, K. (1968). *El capital. Crítica de la economía política* (Vol. 1). México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Obra original publicada em 1867).

Orwell, G. (2010). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1949).

Sennett, R. (1998) *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Žižek, S. (1999). Como Marx inventou o sintoma? In S. Žižek (Org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

State of torpor as "change" in the capitalist economical operation

Abstract

In the relations of work of the capitalist society, there is an economical operation in which the subjects invest his life to get his subsistence, consequently they receive of "change" in this operation of resignation of enjoyment - the state of torpor: it was apathy and subservience to guarantee the life. In this sense, the objective of this work is to consider how and what there are the strategies used by the neoliberal capitalist system, specially the Brazilian, to guarantee that the subjects work and give their lives for the maintenance of the capital. For so much, we are going to think about the historical thing of as the work relations were established in the capitalist society; next we will present as there are structured the ideological processes resulting from these relations of work and for end the consequences of that for the subjects in the current social bound, having the state of torpor as a mark of the oppression in the contemporary subject.

Keywords: Enjoyment; work; psychoanalysis; Marxism.

État de torpeur comme "changement" exploitation capitaliste économique

Résumé

Les relations de travail de la société capitaliste, il est une opération économique dans lequel les sujets investissent leur vie de réaliser leur gagne-pain, donc ils font le «changement», cette opération renoncement à la jouissance, dans la torpeur: l'apathie et la soumission à assurer vie. En conséquence, le but de cet article est de réfléchir comment et quelles sont les stratégies utilisées par le système capitaliste néolibéral, en particulier le Brésil, pour s'assurer que les sujets travaillent et donner leurs vies pour maintenir le capital. À cette

fin, nous réfléchissons sur l'histoire de la façon dont les relations de travail ont été créés dans la société capitaliste. Ensuite, nous présentons la façon de structurer les processus idéologiques découlant de ces relations de travail. Enfin, les conséquences pour les personnes dans le lien social actuel, et dans la torpeur comme une marque d'oppression dans le sujet contemporain.

Mots-clés: Gozo; le travail; la psychanalyse; le marxisme.

Estado aletargado como “cambio” operación económica capitalista

Resumen

Las relaciones laborales de la sociedad capitalista, no es una operación económica en la que los sujetos invierten su vida para lograr su sustento, por lo tanto, hacen que el “cambio”, la operación de la renuncia del placer, en letargo: la apatía y sumisión a garantizar la vida. En consecuencia, el objetivo de este trabajo es reflexionar cómo y cuáles son las estrategias utilizadas por el sistema capitalista neoliberal, especialmente los brasileños, para garantizar que los sujetos trabajan y donar su vida para mantener el capital. Con este fin, se reflexiona sobre la historia de cómo se establecieron las relaciones laborales en la sociedad capitalista. A continuación, presentamos la forma de estructurar los procesos ideológicos derivados de dichas relaciones de trabajo. Por último, las consecuencias para los sujetos en el lazo social actual, y en letargo como una marca de opresión en el sujeto contemporáneo.

Palabras clave: Gozo; el trabajo; el psicoanálisis; el marxismo.

Recebido/Received: 8.4.2013/4.8.2013

Aceito/Accepted: 6.5.2013/5.6.2013

Nadir Lara Júnior

*Mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ideologias Políticas e Movimentos Sociais. (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Br.)
nadirl@unisinos.br*

Andréa Paula Santos Lara

*Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). (São Paulo, Br.)
andreapaulasl@gmail.com*